



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS  
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - [www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)  
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-MONITCE

## DECLARAÇÃO

Campinas, 18 de março de 2026.

### DECLARAÇÃO DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**Processo:** PMC.2025.00079558-66

**Assunto:** TCESP - Prestação de contas de 2025 dos Convênios da Secretaria Municipal de Saúde..

Ao Grupo de Trabalho de Apoio ao TCESP regido pela **Resolução Conjunta SMCGP, SMJ e SMGC Nº nº 01/2024**,

Em atenção ao despacho (**DOC 18081548**), segue a **DECLARAÇÃO NEGATIVA** subscrita por **Alberto Alves da Fonseca, CPF. 068.520.408-10**, responsável pela **Unidade Central de Controle Interno**, a **Secretaria Municipal de Gestão e Controle (SMGC)**, da Administração Direta Municipal de Campinas.

Com efeito, compete à **SMGC** a resposta ao inciso XXV do art. 192 da Instrução Normativa nº 01/2024 do TCESP (XXV "*manifestação do Controle Interno sobre a prestação de contas do período ou certidão negativa, se for o caso*"), conforme abordaremos a seguir.

O **Sistema de Controle Interno** fora formalmente constituído pela **Lei Complementar Municipal nº 202, de 25 de junho de 2018**, que institui o Sistema de Controle Interno da Administração Pública municipal direta e indireta no Município de Campinas e reestrutura e consolida a Secretaria Municipal de Gestão e Controle, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/132855>.

A **Secretaria Municipal de Gestão e Controle planeja suas atividades** através do **Plano Operativo Anual**, disponível em <https://portal-adm.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-avulsos/133/2025/02/13-144555/PLANO%20OPERATIVO%20ANUAL%20-%20POA%202025.pdf>, que contempla o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)** e o **planejamento de atividades do Controle Interno** para 2025.

Dali depreende-se que **NÃO HOUVE PREVISÃO PARA A SUPERVISÃO OU AVALIAÇÃO DE PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR.**

O critério de seletividade dos temas do PAINT está justificado no POA 2025, elaborado em 2024, da seguinte forma:

A seleção das áreas e dos processos a serem avaliados baseou-se em critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, considerando os resultados de auditorias, manifestações da Ouvidoria, fiscalizações dos órgãos de controle, apontamentos e recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), a análise do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o Programa de Governo e as legislações vigentes.

Assim, **as ações planejadas para o Departamento de Ações de Controle Interno e para o Departamento de Auditoria**, além do monitoramento dos Pactos de Providência em andamento, **constam nos Cronogramas a seguir transcritos:**

## 12.2 DEPARTAMENTO DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO

[illegible]



## 12.4 DEPARTAMENTO DE AUDITORIA INTERNA

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO ATIVIDADES - (DEPARTAMENTO DE AUDITORIA INTERNA) - 2025/2026																
#	ATIVIDADES	FORMATO	3º Q - 2024		1º Q				2º Q				3º Q			
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA																
1	RAINT 2024	Relatório														
2	Análise operacional da manutenção dos espaços esportivos	Relatório														
3	Análise operacional do planejamento de compras e destinação dos equipamentos e materiais da rede de ensino	Relatório														
4	Análise de conformidade, operacional e financeira das atividades relacionadas à desapropriação de imóveis	Relatório														
5	Análise de conformidade, operacional e financeira das atividades relacionadas aos precatórios	Relatório														
6	Revisão do Plano Anual de Auditoria – PAINT	Relatório														
7	PAINT 2026	Atividade														
AÇÕES DE MONITORAMENTO DOS PLANOS DE PROVIDÊNCIAS																
8	Relatório Consolidado do Monitoramento dos Planos de Providências	Relatório														
9	Monitoramento de Plano de Providências objeto de Relatórios de Auditoria expedidos entre 2022 e 2024	Atividade														
10	Monitoramento de Plano de Providências objeto de Relatórios de Auditoria expedidos no exercício de 2025	Atividade														
AÇÃO DE GOVERNANÇA																
11	Programa Compromisso com a Gestão Pública	Atividade														

Portanto, no exercício de 2025 **NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO** sobre a prestação de contas das parcerias do período, inclusive aquelas relacionadas pela Secretaria Municipal de Saúde no **DOC 17658617**, a saber:

Conveniada	PROCESSO SEI DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	Termo de Convênio	Vigência do Convênio	Tipo de Convênio
APAE	PMC.2025.00179186-02	41/24	22/08/24 a 21/08/25	Equipamentos
	PMC.2025.00187849-36	06/23	31/05/23 a 30/04/28	Assistencial
	<a href="#">PMC.2025.00187870-13</a>	15/25	06/08/25 a 05/02/27	Ambiência
Casa da Gestante	PMC.2025.00190164-95	01/21	06/01/21 a 30/11/25	Assistencial
	PMC.2025.00191796-11	24/25	01/12/25 a 31/08/27	Assistencial
	PMC.2025.00190163-12	47/24	23/12/24 a 22/12/25	Equipamentos
CCP	PMC.2025.00165813-29	12/20	21/08/20 a 31/07/25	Assistencial
	<a href="#">PMC.2025.00187755-11</a>	12/25	1/08/25 a 31/01/27	Assistencial
	<a href="#">PMC.2025.00187759-45</a>	23/25	01/12/25 a 31/05/27	Equipamentos
FJPB	PMC.2025.00189125-27	33/24	27/02/24 a 28/02/26	Assistencial
	PMC.2025.00189126-16	45/24	7/10/24 a 16/10/26	Equipamentos
FSD	PMC.2025.00187764-11	10/21	9/11/21 a 31/10/26	Assistencial
Grupo Vida	PMC.2025.00193464-44	10/23	1/08/23 a 31/07/28	Assistencial
	PMC.2026.00000565-99	27/25	15/12/25 a 14/12/26	Equipamentos
IMC	PMC.2025.00136101-66	42/24	11/09/24 a 10/09/25	Equipamentos
	PMC.2025.00189116-36	08/21	09/07/21 a 30/06/26	Assistencial
	PMC.2025.00189164-33	29/23	15/08/24 a 13/07/26	Ambiência
	PMC.2025.00189180-53	32/24	5/02/24 a 14/02/29	Piso Enfermagem
Maternidade	PMC.2025.00164084-57	16/20	30/09/20 a 30/09/25	Assistencial
	PMC.2025.00189681-58	20/25	01/10/25 a 30/09/27	Assistencial
	PMC.2025.00189723-41	28/23	3/12/24 a 15/11/25	Ambiência
	PMC.2025.00197448-49	28/25	19/12/25 a 18/12/26	Equipamentos
	PMC.2025.00197799-87	29/25	25/012/25 a 24/06/27	Ambiência
Pestalozzi	<a href="#">PMC.2025.00179185-13</a>	13/20	24/08/20 a 31/07/25	Assistencial
	<a href="#">PMC.2025.00187830-26</a>	24/23	17/11/23 a 16/11/26	Equipamentos
	<a href="#">PMC.2025.00187815-97</a>	13/25	01/08/25 a 31/01/27	Assistencial
PUCC	PMC.2025.00190166-57	27/23	14/12/23 a 13/12/26	Equipamentos
	PMC.2025.00190165-76	05/21	01/06/21 a 31/05/26	Assistencial
RMG	PMC.2025.00191426-10	02/23	27/02/23 a 29/02/28	Ambiência
	PMC.2025.00191422-88	07/23	6/06/24 a 27/06/27	Equipamentos
	PMC.2025.00191429-54	20/23	18/10/23 a 19/06/28	Piso da Enfermagem
	PMC.2025.00191409-19	05/22	1/11/22 a 30/04/26	Assistencial
	PMC.2025.00191422-88	07/23	23/06/23 a 27/06/27	Equipamentos
	PMC.2025.00191426-10	02/23	27/02/23 a 29/02/28	Ambiência
	PMC.2025.00191429-54	20/23	18/10/23 até 17/10/28	Piso da enfermagem
RSPB	PMC.2025.00138478-41	23/23	6/11/24 a 15/02/25	Ambiência
	PMC.2025.00188810-36	11/21	27/12/21 a 30/11/26	Assistencial
	PMC.2025.00188842-13	22/25	19/11/25 a 18/08/27	Ambiência
	PMC.2025.00188855-38	21/23	23/10/24 a 31/03/28	Equipamentos
SLM	PMC.2025.00189129-51	40/24	6/07/24 a 25/07/26	Assistencial
	PMC.2025.00189132-56	21/25	18/11/25 a 17/11/26	Equipamentos
SSCF	PMC.2025.00158412-11	06/21	03/06/21 a 31/08/25	Assistencial
	PMC.2025.00192146-11	22/23	10/11/23 a 09/11/28	Piso da Enfermagem
	PMC.2025.00193449-13	19/25	01/09/25 a 31/08/27	Assistencial
	PMC.2026.00000501-24	26/25	12/12/25 a 11/06/27	Equipamentos
	PMC.2025.00182941-73	25/23	23/11/23 a 21/11/25	Equipamentos
	PMC.2026.00000617-54	46/24	09/12/24 a 08/12/25	Ambiência
Fundação Pio XII	PMC.2025.00136027-32	15/23	31/08/23 a 31/08/25	Assistencial

Contudo, a ausência do relatório ou parecer da Unidade Central de Controle Interno não significa a falta de comprovação da legalidade, eficácia e eficiência dos resultados alcançados pelo Ajuste (art. 67, inciso III, da IN 01/2024 do TCESP), que constitui requisito obrigatório do Parecer Conclusivo Anual, emitido pelo órgão integrante do Sistema de Controle Interno, nos termos do art. 203 das Instruções nº 01/2024, a conferir:

**Art. 203** – A emissão de parecer conclusivo pelos órgãos e entidades concessionares sobre a aplicação de recursos transferidos em cada exercício financeiro a órgãos/entidades públicos(as) e a entidades do Terceiro Setor deve atender à transparência da gestão definida pelo art. 48 da Lei



Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), devendo a autoridade competente atestar conclusivamente, no mínimo:

(...)

**XII - o atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;**

Vale aqui a **distinção existente entre Controle Interno, Unidade Central de Controle Interno (UCCI) e Sistema de Controle Interno**, consoante consta em **Manual de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo 2022**, disponível em <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-controle-interno-2022-0>, editado em sua missão pedagógica e publicado em 23/01/2023, a saber:

Entretanto, controle interno não é a mesma coisa que sistema de controle interno ou unidade central de controle interno.

Na verdade, o controle interno (procedimentos), em essência, é realizado por todo servidor público, em especial pelos que ocupam postos de chefia.

A unidade central de controle interno, por seu turno, é a unidade administrativa responsável por centralizar informações e checar, de forma articulada e integrada, a eficiência de todos aqueles controles setoriais, sob estruturação apresentada em lei local.

Em resumo, o tesoureiro controla a adequação dos saldos bancários, o chefe do posto de saúde controla a eficiência do atendimento médico, o almoxarife controla a exatidão entre os saldos registrados e os estoques físicos, a diretora da escola controla o desenvolvimento de um bom nível de ensino. De seu lado, a unidade central de controle interno verifica, dentre outras atividades, a pertinência e a eficiência de todos esses controles setoriais.

A unidade (central) de controle interno da organização é parte da gestão do sistema ou da estrutura de controle interno da própria entidade. Seu papel é assessorar os gestores, auxiliando-os na identificação de riscos e propondo estratégias para mitigá-los.

Já o sistema de controle interno pode ser definido como um processo efetuado pela administração e por todo o corpo funcional, integrado ao processo de gestão em todas as áreas, estruturado para enfrentar riscos e fornecer razoável segurança de que na consecução da missão, dos objetivos e das metas institucionais os princípios constitucionais da Administração Pública serão obedecidos e os seguintes objetivos gerais de controle serão atendidos:

- I. eficiência, eficácia e efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações;
- II. integridade e confiabilidade da informação produzida e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações de accountability;
- III. conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria instituição;
- IV. adequada salvaguarda e proteção de bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

A **Lei Complementar Municipal nº 202/2018**, que institui o Sistema de Controle Interno da Administração Pública municipal, **regulamentada pelo Decreto nº 20.121/2018**, estabelece em seus arts. 2º, 4º, 5º e 8º o quanto segue:

**Art. 2º O Sistema de Controle Interno compreende a estrutura organizacional e o conjunto integrado de métodos, normas e procedimentos adotados pelos órgãos ou entidades**

**municipais** na proteção do patrimônio público, e ainda a promoção da confiabilidade e tempestividade dos registros e informações e da eficácia e eficiência operacionais.

Art. 4º **A sistematização do controle interno**, na forma estabelecida nesta Lei Complementar, **não elimina ou prejudica os controles próprios existentes no âmbito da Administração Pública municipal, nem o controle administrativo inerente a cada área.**

Art. 5º **O Sistema de Controle Interno da Administração Pública municipal direta e indireta é composto de:**

I - **um órgão central do Sistema;**

II - unidades setoriais de controle interno da Administração Pública direta;

III - unidades setoriais de controle interno da Administração Pública indireta.

§ 1º **O órgão central do Sistema de Controle Interno será a Secretaria Municipal de Gestão e Controle**, que se constituirá em unidade de assessoramento e apoio, **vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal**, e **atuará em todos os órgãos e entidades da Administração municipal.**

**Art. 8º Compete à Secretaria Municipal de Gestão e Controle**, como órgão central do Sistema de Controle Interno: (...)

Daí se depreende que **a Secretaria Municipal de Gestão e Controle constitui o órgão central do Sistema de Controle Interno**, mas **não encerra em sua estrutura todo o controle interno (procedimentos)**, os quais são exercidos pelos diversos órgãos da Administração e por todo corpo funcional.

Nesse diapasão, o **Decreto Municipal nº 20.121/2018**, que regulamenta a LCM 202/2018 adota, em seu art. 2º, os seguintes conceitos:

Art. 2º **Para os fins deste Decreto, ficam estabelecidos os seguintes conceitos:**

I - **Sistema de Controle Interno**: compreende a **estrutura organizacional e o conjunto integrado de métodos, normas e procedimentos adotados pelos órgãos ou entidades municipais na proteção do patrimônio público e na promoção da confiabilidade e tempestividade dos registros e informações e da eficácia e eficiência operacionais;**

II - **Órgão Central do Sistema de Controle Interno**: **corresponde à Secretaria Municipal de Gestão e Controle**, unidade de assessoramento e apoio, vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, incumbida da orientação normativa e da supervisão técnica das unidades que compõem o Sistema;

III - **Unidades Setoriais de Controle Interno**: unidades pertencentes à estrutura organizacional dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, que examinarão e avaliarão o desenvolvimento e execução dos atos e procedimentos administrativos no âmbito dos órgãos ou entidades a que pertençam;

IV - **Prestação de Contas**: conjunto de documentos comprobatórios da aplicação de recursos públicos, acompanhados de toda a documentação demonstrativa exigida para a comprovação da boa

e regular aplicação das verbas públicas em conformidade as leis, regulamentos e demais normas administrativas, orçamentárias e financeiras;

Vale registrar que as atividades da **Unidade Central de Controle Interno** são planejadas por **Plano Operativo Anual (POA)** que, por razões óbvias, não abarcam todo e qualquer ajuste com o Terceiro Setor, mas por seletividade fundamentada em critérios de gestão de riscos, similar ao que ocorre com os órgãos de controle externo.

Portanto, **há a atuação do Controle Interno, a despeito da declaração negativa desta Unidade Central.**

Esses os esclarecimentos que competiam à SMGC sob a ótica do Controle Interno.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 18/03/2026, às 14:59, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretário(a) Municipal**, em 18/03/2026, às 15:23, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **18123756** e o código CRC **0D198CB5**.